



MINERAÇÃO E FRATURA SOCIOMETABÓLICA DE TERRITÓRIOS COMUNITÁRIOS EM GOIÁS, BRASIL¹

Mining and socio-metabolic fracture of community territories in Goiás, Brazil

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

ricardo.goncalves@ueg.br

Resumo

A territorialização de um grande projeto de mineração em determinado espaço pode transformar radicalmente as paisagens, as relações de trabalho e os modos de vida locais. Neste sentido, a presente pesquisa apresenta as implicações espaciais da mineração em grande escala em territórios tradicionalmente ocupados por camponeses nos municípios de Catalão e Ouvidor, localizados no Sudeste de Goiás, Brasil. Para isso, analisou-se o caso da Comunidade Chapadão, uma Comunidade Camponesa que desapareceu com a abertura de uma mina a céu aberto entre os municípios a partir dos anos 1970. A metodologia contou com pesquisa de campo, entrevistas e usos da história oral. Os resultados revelam as implicações territoriais do modelo mineral controlado por grandes empresas, dependente do uso intensivo de água, energia e força de trabalho, sublinhado pela pilhagem das paisagens naturais e expropriação dos sujeitos dos espaços locais. Finalmente, constatou-se que as práticas de exploração extrativista mineral e seus impactos expõem a drástica fratura sociometabólica dos territórios comunitários em Goiás.

Palavras-chave: Comunidade Chapadão. Mineração. Território. Pilhagem.

Abstract: The territorialisation of a large mining project in a given space which can radically transform landscapes, labor relations and local lifestyle. In this sense, the present research presents the spatial implications of large-scale mining in territories traditionally occupied by peasants in the municipalities of Catalão and Ouvidor, located in the Southeast of Goiás state, Brazil. For this, the case of the Chapadão Community, a peasant community that disappeared with the opening of a niobium mine between the municipalities from the 1970s was analyzed. The methodology relied on field research, interviews and oral history uses. The results reveal the territorial implications of the mineral model controlled by large companies, dependent on the intensive use of water, energy and labor power, underlined by the plundering of natural landscapes and expropriation of the subjects of the local spaces. Finally, it was verified that the mining exploitation practices and their impacts expose the drastic sociometrical fracture of the communitarian territories in Goiás.

Keywords: Chapadão Community. Mining. Territory. Loot.

¹ Os resultados apresentados nesta pesquisa foram extraídos da tese de doutorado do próprio autor, defendida em agosto de 2016. Ademais, a organização do texto, o fortalecimento das informações e dos argumentos teóricos foram possíveis com a pesquisa de Pós-Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

Introdução

O estranho não é, entre nós, apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, mas é também o jagunço, o policial, o militar. E, ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social. Embora cada um trabalhe para um projeto distinto, raros são que trabalham pela vítima dos processos de que são agentes. São, portanto, protagonistas da tragédia que aniquila os frágeis e que, por isso, nos fragiliza a todos, nos empobrece e nos mutila, porque preenche com a figura da vítima o lugar do cidadão. E nos priva, sobretudo, das possibilidades históricas de renovação e transformação da vida, criadas justamente pela exclusão e pelos padecimentos desnecessários da imensa maioria. (MARTINS, 1993, p. 13).

A territorialização do capital extrativo mineral nos municípios de Catalão e Ouvidor, localizados no Sudeste de Goiás, Brasil, a partir dos anos 1960 e 1970 transformaram radicalmente os territórios tradicionais de Comunidades Camponesas nesses municípios. Uma dessas Comunidades, a Chapadão, desapareceu completamente com a abertura de uma mina a céu aberto e construção da estrutura técnica dos grandes projetos de nióbio e fosfato. A pilhagem territorial na Comunidade provocou a erosão das paisagens locais e do cotidiano de trabalhadores e famílias camponesas que viviam nos espaços de existência coletiva.

Desse modo, no presente artigo buscou-se compreender, baseado nas narrativas orais, aspectos da paisagem e das sociabilidades cotidianas da Comunidade Chapadão antes da territorialização das atividades minerárias - décadas de 1950 e 1960 - para no momento seguinte, analisar as implicações socioespaciais da mineração. A vida e o trabalho na terra, os festejos, o período do plantio e das colheitas, a relação identitária com a Comunidade Chapadão, e até mesmo a exploração dos agregados e meeiros que viviam e trabalhavam nas propriedades dos *fazendeiros tradicionais*, compõem as fontes orais que permitiram apreender um tempo e espaço metamorfoseado pelos grandes projetos de extrativismo mineral.

Defende-se na pesquisa que os efeitos dos grandes projetos de mineração a céu aberto na organização de comunidades locais evidenciam a drástica fratura sociometabólica de territórios comunitários habitados por populações camponesas (MARX, 2013; ARÁOZ & ROSSI, 2017). Com a territorialização dos grandes projetos de extrativismo mineral, Comunidades Camponesas territorialmente constituídas nos lugares de existência coletiva depararam com a deterioração sistêmica das paisagens, recursos hídricos, terras de cultivos alimentícios e das próprias casas e quintais. Logo, fica evidente “*la fractura sociometabólica como un proceso de deterioro sistémico y desplazamiento estructural de las prác-ticas y*

capacidades productivas endógenas de los territorios/poblaciones locales". (ARÁOZ; ROSSI, 2017, p. 281-282). Ainda, segundo Aráoz e Rossi (2017, p. 283) "*la fractura sociometabólica se expresa como fractura de los lazos sociales y comunitarios de la convivencia colectiva*".

Nas entrevistas com camponeses e demais trabalhadores (meeiros, agregados etc.) que viviam na Comunidade Chapadão nas décadas de 1960 e 1970, foi contado que "*de uma hora para outra começou a chegar gente desconhecida de nossa Comunidade, dizendo que estavam fazendo pesquisa, que nossa terra tinha muito minério. Depois vieram outros dizendo que nossa terra iria ser explorada por empresas mineradoras. Nós não sabíamos nada disso, usávamos a terra para plantar nossas roças, colher nossos mantimentos, criar o gado. Não tínhamos ideia do que existia debaixo da terra de nossas casas, de nossos quintais, de nossas roças, das nossas pastagens. Eram estranhos e falavam que éramos obrigados a vender a terra, porque o minério era do governo. Se não vendesse vinha o exército, vinha a polícia e tirava a gente de lá. Ficamos com medo daquilo. As famílias ficaram assustadas. Era gente estranha invadindo a nossa Comunidade, invadindo o nosso lar*" (Informação verbal, Catalão/GO, Ago./2015).

O relato do morador que viveu na Comunidade Chapadão resgata as impressões e os impactos diretos da "chegada" das mineradoras no cotidiano da vida comunitária, familiar e subjetiva de pessoas que residiam no território comunitário. Desse modo, percebeu-se que as fontes orais constituíam um cabedal de acervos de informações que poderiam ser exploradas pelo pesquisador. Essas informações "iluminaram" acontecimentos que não foram documentados. Faziam parte apenas da oralidade das pessoas que viveram no Chapadão até os anos 1960 e 1970.

Sendo assim, espera-se que a exposição desta pesquisa contribua com a interpretação geográfica de territórios impactos por grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás, Brasil.

A metodologia

Para Chauí (2006, p. 125), "a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total". Essa compreensão ilustra a importância das fontes orais utilizadas na pesquisa. Referenciado nas memórias de

velhos camponeses e trabalhadores, foi possível ter acesso a relatos de um tempo que se passou e grafou as trajetórias de vidas e trabalho dos sujeitos que viveram nos territórios apropriados pela pilhagem mineradora. Foi o recurso da memória dos sujeitos entrevistados que possibilitou avançar na pesquisa sobre os efeitos socioespaciais da territorialização dos grandes projetos de mineração na Comunidade Chapadão a partir dos anos 1970.

Como afirma Delgado (2003, p. 20),

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa, inclusive, o tempo de vida individual. Através de histórias de famílias, das crônicas que registraram o cotidiano, das tradições, das histórias contadas através de gerações e das inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se a cronologia atual e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico.

Nas narrativas buscadas na memória profunda dos entrevistados, os sujeitos que habitavam a Comunidade Chapadão, localizada entre os municípios de Ouidor (GO) e Catalão (GO) no momento das primeiras pesquisas e instalação dos empreendimentos extrativos de fosfato e nióbio, expressaram sentimentos de medo do desconhecido, se sentiram ameaçados e por isso, foram desterrados de seus ambientes de trabalho coletivo e vida comunitária. Portanto, baseado em Martins (1993), pode-se dizer que a presença de geólogos, engenheiros de minas, técnicos em mineração etc., a serviço da Metais de Goiás SA (METAGO) ou das empresas privadas, e a posterior territorialização dos megaempreendimentos de extrativismo mineral, representavam outra racionalidade, outro projeto, o *do estranho* ao lugar, destinado a outros interesses e cuja referência era a exploração economicista dos recursos territoriais, contrapondo as sociabilidades cotidianas da vida e do trabalho em comunidade. Dessa maneira, a mineração impactou sujeitos cujas práticas diárias eram voltadas para a vida e o trabalho na terra, conjuminadas com a identidade territorialmente constituída pelas relações comunitárias.

O contato inaugural das populações locais que viviam na Comunidade Chapadão e as estratégias utilizadas pelas empresas mineradoras para expropriá-los e territorializar os megaempreendimentos de mineração exemplifica os métodos de violência utilizados pelo capital e pela acumulação capitalista desde a sua origem. Dessa forma, Luxemburgo (1985, p. 255) esclarece que “o capital não conhece outra solução senão o da violência, um método

constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje”.

Dessa maneira, essas observações iniciais fortalecem os pressupostos teóricos e metodológicos que permitiram compreender o processo de territorialização e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração na Comunidade Chapadão nos anos 1970. Para isso, defende-se que as sociabilidades locais, baseadas no modo de vida e produção familiar, a produção para o auto-consumo e especialmente, o controle de terras cujo subsolo oferecia os minérios para as empresas mineradoras, apresentavam impedimentos para a acumulação do capital. Consequentemente, essa Comunidade não conheceu outra solução arquitetada pelo capital, senão a violência, a expropriação e a usurpação dos seus territórios.

Camponeses, meeiros, agregados, pecuaristas, *fazendeiros tradicionais*², que viviam na *terra de trabalho* tiveram que ser desterritorializados para efetivar a exploração dos minérios do subsolo nas minas a céu aberto, ou para dar lugar aos depósitos de rejeitos, estradas e *cultivos industriais* de eucaliptos. O progresso não veio para todos. Alguns adquiriam terras em outros municípios ou Comunidades Camponesas e não se adaptaram diante das novas condições de produção e vida. Outros mudaram para a cidade e acabaram empobrecidos nas periferias ocupadas por trabalhadores.

Essas averiguações foram manifestadas no relato de um dos sujeitos entrevistados que viveu na Comunidade Chapadão até a década de 1970. *“O que eu vou dizer é baseado numa história que eu acompanhei e testemunhei. Que eu participei. Trabalhei nas empresas mineradoras. Vejo que hoje muitas das pessoas que moravam na região já morreram. Muitas eu posso afirmar para você, morreram de desgosto por ter perdido a terra para que as empresas fizessem esse processo de apropriação de tudo, de toda área, pois ali é onde está a maior concentração de fosfato, de nióbio, de vermiculita, de terras raras e outros minerais. Os que eram donos tiveram que vender por um preço irrisório. Deixaram suas propriedades e vieram para cidade sem nenhuma qualificação, muitos analfabetos ainda. Vieram para a*

² Refere-se aos antigos proprietários de terras locais, geralmente adquiridas por heranças, ou em casos específicos, pela compra. Conforme relato, eram poucas as “grandes propriedades” nas Comunidades Camponesas, quando da chegada das mineradoras nos anos 1970. A maioria das terras, característica local, era pequena, decorrente do modelo de ocupação e de aquisição por herança no interior das famílias. Era comum uma família ter até 10 filhos, e com a morte dos pais, a propriedade ser dividida em distintas partes menores conforme o número de herdeiros. Contudo, os *fazendeiros tradicionais*, os maiores proprietários, dedicavam o trabalho na terra a atividades como a pecuária e o plantio de roças. A presença de meeiros e agregados nas propriedades era comum. Os agregados viviam em um pedaço de terra cedido pelo proprietário, onde visavam garantir as condições de reprodução social da vida em família. Em troca se submetiam a certas condições impostas pelo proprietário da terra – o fazendeiro tradicional nestas áreas.

cidade para poder fazer o que? Não sei... para morar de aluguel, em situações precárias. Muitos prósperos fazendeiros que tinham na região, e alguns enfrentaram muitas dificuldades. Aqui a vida foi cruel com muitos deles". (Informação Verbal, Catalão/GO, Jul./2015).

Um dos entrevistados, ao ser perguntado sobre as paisagens e o trabalho das pessoas que viviam na Comunidade Chapadão, expressou o seguinte: *"eu nasci e cresci no Chapadão, onde iniciou o processo de pesquisa e lavra da mineração. Quando eu ainda era criança, por volta de 1967 lembro daquela gente chegando para fazer pesquisa. Mas eu pude conviver com o Cerrado exuberante naquele lugar, onde existiam riachos, córregos, lagoas, ribeirões e tudo com muita água. Era uma região pródiga, muito produtiva. Onde as pessoas produziam o milho e o feijão. Produziam muitos mantimentos para o consumo e se sobrasse alguma coisa eles vendiam".* (Informação Verbal, Catalão/GO, Jul./2015).

A narrativa dos sujeitos entrevistados apresenta uma ideia de natureza exuberante, de um ambiente pródigo e fértil. Como na maioria dos camponeses entrevistados, a Comunidade Chapadão foi descrita como um lugar generoso, onde se produzia alimentos com abundância nas *"terras mais fecundas da região"*. É correto dizer que havia *"uma identidade ambiental recíproca do homem e dos componentes da natureza, o homem se reconhecendo na história do entorno e a história do entorno na sua"*. (MOREIRA, 2003, p. 8). Os homens e mulheres constituindo uma identidade uma com a natureza.

[...] vendo que o que sucede com as plantas, os animais e o homem em tudo se assemelha, plantas e animais igualmente nascem, crescem, morrem e renascem como ele, numa continuidade ininterrupta da vida, o homem forma um conceito de natureza como coisa vida. Homem e natureza formando um só mundo, diferenciados, mas, sem dicotomias. (MOREIRA, 2003, p. 9).

Ademais, na Comunidade Chapadão, como na maioria das Comunidades Tradicionais, conforme as narrativas orais, era recorrente a referência ao sobrenatural para justificar o desconhecido. Nas pesquisas de campo e nos diálogos com velhos camponeses em comunidades localizadas no interior de Goiás e no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais, foram frequentes as histórias de assombrações, almas penadas em áreas de garimpo e relatos de *"tachos de ouro"* escondidos e amaldiçoados nos terrenos de exploração mineral.

Em Catalão (GO), um dos antigos moradores da Comunidade Chapadão descreve esse *"imaginário mágico"*. *"Muito antes de saber que existia minério já se imaginava que ali*

existia alguma coisa. Não sabíamos o que, falava-se em tachos de ouro. Os mais velhos principalmente, os nossos pais, avós, juravam que aquilo era realmente verdade. E que ali, volta e meia alguém arando chão ia dar de cara com esse tacho de ouro e sair com a maior alegria do mundo. E as pessoas que tentavam procurar esses tesouros eram invadidas por coisas sobrenaturais horrorosas, que metiam muito medo na gente. Então andar pelos Cerrados no Chapadão, comendo uma fruta aqui outra acolá, que tinha em abundância, a gente andava com os cabelos arrepiados, pensando que podia encontrar esses seres sobrenaturais. Isso povoou na nossa mente durante muito tempo. A gente vivia em meio a uma riqueza quase que incalculável, mas, sem saber o que”. (Informação Verbal, Catalão/GO, Jul./2015). A exploração dessa “riqueza quase incalculável”, como enfatizou o entrevistado, jazida no subsolo por milhões de anos, transformou completamente a vida daqueles que moravam na Comunidade Chapadão.

A relação entre os homens e a natureza era orientada conforme as necessidades cotidianas da própria vida social e com alto grau de autonomia. Assim sendo, podem ser caracterizadas como “mediações primárias”, de acordo com Mészáros (2007, p. 40).

“1) A regulação necessária, mais ou menos espontânea, da atividade reprodutiva *biológica* e a dimensão da produção sustentável, em conjunção com os recursos disponíveis; 2) a regulação do *processo de trabalho* através do qual o intercâmbio necessário da comunidade dada com a natureza pode produzir os bens demandados para a satisfação humana, bem como os instrumentos de trabalho, empreendimentos produtivos e conhecimento por meio dos quais o próprio processo reprodutivo pode ser mantido e aprimorado; 3) o estabelecimento de *relações de troca adequadas* sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser conjugadas com o propósito de otimizar os recursos naturais e produtivos – inclusive os culturalmente produtivos – disponíveis; 4) organização, a *coordenação* e o controle da *multiplicidade de atividades* através das quais as necessidades materiais e culturais do processo de reprodução sociometabólica bem-sucedido das comunidades humanas progressivamente mais complexas podem se assegurar e salvaguardar; 5) a *alocação racional* dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra a tirania da escassez através da *utilização econômica* (no sentido de *economizar*) dos modos e meios dados de reprodução da sociedade; 6) a *promulgação* e administração de *regras e regulamentações* da sociedade dada *como um todo*, em conjunção com as outras determinações e funções mediadoras primárias.”

As “mediações de primeira ordem”, que permitem uma compreensão abrangente das Comunidades Camponesas, são progressivamente alteradas diante das determinações

estruturais hierárquicas e exploratórias das “mediações de segunda ordem do capital”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 180)³. De acordo com Mézáros (2007, p. 41) “todas as demandas mediadoras primárias devem ser modificadas de modo a adequar-se às necessidades autoexpansivas de um sistema de controle reprodutivo social fetichista e alienante, que subordina absolutamente tudo ao imperativo do capital”. Esse é o esforço das empresas de mineração quando territorializam o capital hegemônico nos territórios antes ocupados por camponeses e demais sujeitos que vivem da terra, das águas e das florestas. Resulta disso a subordinação da terra, da água, dos minérios do subsolo e da força física dos trabalhadores aos imperativos da acumulação capitalista. Em suma, são conhecidas as práticas de violência, expropriação e exaustão dos bens comuns naturais conforme o modelo de extração mineral, como foram constatados em Catalão/Ouvidor (GO).

A Comunidade Chapadão, Catalão/Ouvidor-GO: narrativas de outros espaços-tempos

Silva (1998), baseada nos referenciais metodológicos da história oral, realizou pesquisa sobre as sociabilidades da vida cotidiana na Comunidade Chapadão dos 1950 e 1960, antes da territorialização e transformação desse território pelos projetos de mineração.

³ De acordo com Mézáros (2006, p. 180, grifos do autor), a “segunda ordem de mediações do sistema do capital” pode ser assim resumida: “a *família nuclear*, articulada como o “microcosmo” da sociedade que, além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado; os meios alienados de produção e suas “personificações”, pelos quais o capital adquire rigorosa “vontade férrea” e consciência inflexível para impor rigidamente a todos submissão às desumanizadoras exigências objetivas da ordem sociometabólica existente; o dinheiro, com suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico – desde a adoração ao bezerro de ouro na época de Moisés e das tendas dos cambistas no templo de Jerusalém na época de Jesus (práticas muito reais, apesar de figurativamente descritas, castigadas com fúria pelo código moral da tradição judeu-cristã – embora, considerando a evidência histórica, totalmente em vão), passando pelo baú do usurário e pelos empreendimentos necessariamente limitados do antigo capital mercantilista, até chegar à força opressora global do sistema monetário dos dias de hoje; os objetivos fetichistas da produção, submetendo de alguma forma a satisfação das necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores de uso) aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital; o trabalho, estruturalmente separado da possibilidade de controle, tanto nas sociedades capitalistas, onde tem de funcionar como trabalho assalariado coagido e explorado pela compulsão econômica, como sob o capital pós-capitalista, onde assume a forma de força de trabalho politicamente dominada; as variedades de formação do Estado do capital no cenário global, onde se enfrentam (às vezes com os meios mais violentos, levando a humanidade à beira da autodestruição) como Estados nacionais autônomos e o incontrolável *mercado mundial*, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais no grau permitido pelas relações de poder prevaletentes, os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis, eliminando os rivais e propagando assim as sementes de conflitos cada vez mais destruidores”.

Isto posto, apresentou uma “fotografia” da Comunidade, apreendendo a questão da posse da terra, das relações de trabalho e ocupações que se sucediam todos os dias,

Chapadão era uma comunidade situada a aproximadamente 15 quilômetros da cidade de Catalão (GO). Essa Comunidade era composta por dezenas de famílias que ali moravam e que viviam todo um cotidiano de trabalho. Muitas destas famílias apesar de viverem neste local, não detinham a posse da terra, ou seja, eram terras de outrem, e que eram compostas por várias fazendas próximas e por isso agrupadas em forma de “colônia”, ou seja, várias fazendas e casas, formando assim, a Comunidade Rural Chapadão. [...] Hoje essa comunidade não existe mais, a grande maioria das famílias que lá residiam transferiram-se para as cidades próximas e as terras foram desapropriadas em nome do chamado ‘progresso’. Por se tratar de uma comunidade rural, logicamente o trabalho desenvolvido por seus integrantes estava relacionado com o cultivo da terra ou com a lida do gado, ocupações estas desenvolvidas nas várias fazendas que compunham a comunidade, de onde cada família tirava o seu sustento. (SILVA, 1998, p.9).

Silva (2003), referenciada nas contribuições das fontes orais⁴, colabora com essas análises, expondo aspectos da realidade diária dos antigos moradores da Comunidade Chapadão, e que também foram descritos pelos entrevistados. “As pessoas da Comunidade do Chapadão produziam quase de tudo, arroz, leite, feijão, farinha, roupas de algodão e iam à cidade de Catalão ou Ouvidor para comprar o que não era produzido na roça”. (SILVA, 2003, p. 14). Desse modo, uma compreensão aproximada do trabalho cotidiano na Comunidade Chapadão revela a relação direta com a *terra de trabalho* e a reprodução social da existência das famílias camponesas. Além da criação de gado e porcos, dos cultivos e colheitas, a produção artesanal de doces, queijo, farinha, tecidos e outros bens de consumo permitiam a auto-sustentabilidade local. Por exemplo, a criação de gado leiteiro para produzir queijos permitia o uso do soro na alimentação dos porcos. O plantio das roças de milho e armazenamento nos paióis também servia de alimentos para o gado e os porcos criados nos chiqueiros. Diante dessas observações, as palavras de um camponês expõem que “*todos trabalhavam no trabalho rural, era capinar, era plantar milho, era roçar, era fazer atividades essencialmente agrícolas*”. (Informação Verbal, Ouvidor/GO, Jul./2015).

⁴ Quanto à metodologia que utilizou, Silva (2003, p. 14) explica que, “Os ex-moradores do Chapadão, com os quais entramos em contato, não possuem nenhum documento escrito dos fatos e acontecimentos que marcaram as suas vidas no período de 1960 a 1980, os elementos desta época estão presentes somente na memória destas pessoas que lá viveram neste período. Porém, a ausência deste material escrito não impossibilitou a realização do meu trabalho, pois, para a continuação da pesquisa, recorri à fonte oral entendendo ser esta um recurso de igual importância que a fonte escrita”.

Nos momentos de trabalho na roça, nos pastos, construção ou reforma da casa e na limpeza de regos e açudes era comum a reunião de pessoas da própria Comunidade Chapadão ou das vizinhanças, como Córrego Fundo e Macaúba, para combinar esses instantes com festejos por meio de práticas solidárias como os mutirões⁵. Isso permite perceber que as Comunidades Camponesas também se constituíam como um “território solidário”.

Neste sentido, Silva (2003, p. 21) elucida que os mutirões entre os meeiros, por exemplo, eram realizados entre as famílias, amigos e vizinhos com o objetivo de ajudar.

Os ex-meeiros se ajudavam nos serviços que exigiam maior número de trabalhadores, principalmente na colheita e capina de lavoura. Assim acontecia na Comunidade do Chapadão, a troca de trabalho, onde um vizinho era requisitado para auxiliar a outro e ficava devendo uma parcela de tempo igual a que recebeu, podendo requerê-la quando julgasse conveniente. O serviço prestado não era pago através do dinheiro, mas na realização de outros serviços.

Por isso, nas Comunidades Camponesas, compreendidas como “territórios solidários”, o mutirão era uma das manifestações de trabalho coletivo e do companheirismo entre os vizinhos, amigos e parentes. Neles, não existia a mediação do assalariamento. Era uma estratégia dos próprios camponeses, asseguradas pelas relações locais e estratégias de reprodução social da vida e do trabalho. Essa prática era comum e compunha as múltiplas territorialidades do campesinato na Comunidade Chapadão. A fala de um entrevistado elucida essas práticas, e ainda estabelece a diferença entre o mutirão e a traição, outra prática comunitária utilizada pelos camponeses. *“Quando um vizinho percebia que outro ao lado estava apertado com serviço, um pasto pra bater, uma roça pra limpar, ele chamava os outros vizinhos e dava traição. A traição era uma surpresa. Aí reunia até quarenta pessoas. Isso era muito bom, pois, ajudava o vizinho que estava apertado de serviço. De noite tinha uma festa, dançava para comemorar aquela traição, aquele serviço do dia inteiro. O mutirão era o vizinho que estava apertado e chamava. Aí reunia bastante gente, principalmente na*

⁵ Conforme Cândido (1977, p. 68), “Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal.

limpa do rego. Era uma forma de ajudar também. Todo mundo ajudando um ao outro". (Informação Verbal, Ouvidor/GO, Jul./2015).

Após o trabalho realizado, se reuniam nos jantares com dança e música, o que chamavam de *pagode*. Os mutirões faziam parte da vida e do trabalho, assim como as festas religiosas e os terços, manifestações locais do "catolicismo de roça" (BORGES, 2016).

Eram comuns as realizações de festas comemorativas de dias santos, feriados, casamentos, batizados, aniversários e missas. Essas reuniões se davam numa das fazendas da comunidade fazendo com que os moradores das outras se deslocassem para lá nestas ocasiões reunindo-se todos os membros da localidade para festejar estas datas ou para rezar juntos. (SILVA, 1998, p. 18).

O trabalho era o fundamento da reprodução da existência coletiva na Comunidade Chapadão, por isso, por intermédio dele diversas relações entre o grupo eram estabelecidas, como a festa, a ajuda mútua, a troca de dia e o mutirão. Essas práticas do campesinato local eram realizadas com certa autonomia sobre o tempo, ou mesmo, este era regulado por meio dos ciclos do trabalho e das atividades domésticas no decorrer do dia (o momento de acordar e levantar para buscar vacas nos pastos e tirar leite, fazer queijo, roçar o pasto, limpar o rego, construir ou arrumar cercas etc.), ou dos meses do ano, que poderiam também diversificar as atividades laborativas conforme o período, como no tempo do preparo dos solos, dos plantios, das colheitas. "O trabalho agrícola se realizava de acordo com o ciclo de trabalho e atividades domésticas. Esses trabalhadores cuidavam de seus afazeres e o dia se prolongava sem surgir nenhum conflito entre "trabalho" e "passar o dia"". (SILVA, 2003, p. 22). Além disso, acrescenta Silva (2003), nas Comunidades onde o trabalho se desenvolve sem um instrumento para medir o tempo e controlar o início e final da produção, o trabalhador tem mais liberdade para cuidar de suas obrigações e realizar as atividades que encontram sob sua responsabilidade. Tal fato estava presente no cotidiano dos camponeses antes da "chegada" das empresas mineradoras na Comunidade Chapadão.

Logo, a reprodução social da existência coletiva nos ambientes rurais das Comunidades Camponesas (Chapadão, Macaúba, Córrego Fundo etc.) de Catalão/Ouvidor (GO) imbricava o trabalho com as festas, os jogos de futebol nos finais de semana e até reuniões na casa dos vizinhos para ouvir as notícias do país e as músicas das duplas sertanejas. Esse papel aglutinador das pessoas para, da Comunidade estabelecer o contato com

o mundo externo era desempenhado pelo rádio⁶. Silva (1998) pesquisou a importância do rádio enquanto meio de comunicação, informação e diversão na Comunidade Chapadão na década de 1950 e 1960. Para isso, a pesquisadora contou com aspectos da memória e vivência das pessoas que moraram na Comunidade.

De acordo com Silva (1998), o rádio era um mecanismo de aproximação entre o campo e a cidade, permitindo aos moradores da Comunidade Chapadão o intercâmbio frequente de informações. “As notícias que espalhavam nas cidades alcançavam as fazendas através do rádio, tornando-se parte de um universo maior, integrando as pessoas, independente do lugar onde se encontravam”. (SILVA, 1998, p.8). Portanto, sua pesquisa revelou elementos que representavam a vida cotidiana da Comunidade nos anos de 1950 e 1960. Para Silva (1998, p. 8) o rádio era algo que fazia os camponeses e camponesas se reunirem numa casa para saber as notícias da cidade, para saber os preços dos produtos agrícolas, para ouvir os novos acontecimentos do país, as missas e também para dançar ao redor do rádio ouvindo os programas das músicas ‘caipiras’, como foi descrito por um depoimento citado por Silva (1998, p. 9).

Alguém comprava um rádio, então a casa dele parecia uma festa pessoal, reunia todo mundo ali para ouvir aquelas músicas, aqueles caipiras. Naquele tempo falava caipira, então tinha aqueles dias certos da semana que os caipiras cantavam. Tinha Tonico e Tinoco, Tião Carreiro, Sulino e Marrueiro e os Três Batutas do Sertão. Então todo mundo ali reunido, parecia uma festa, vinha gente da vizinhança toda para ouvir o rádio e fazer parte da festa que a gente fazia quando alguém comprava o rádio na Comunidade Chapadão.

Ao analisar as pesquisas realizadas por historiadores e no contexto de duração das pesquisas de campo desenvolvidas em Catalão nos anos de 2014 e 2015, os aspectos que assimilam e tratam da vida social e do cotidiano na Comunidade Chapadão, pode-se dizer, das *sociabilidades do homem simples* (MARTINS, 2013), revelaram as lutas para viver o dia a dia dos homens e mulheres que habitavam o território comunitário. Desse modo, as mulheres também desempenhavam diferentes papéis na divisão social do trabalho na Comunidade Chapadão. Atuavam nos afazeres da casa, do quintal e até mesmo do curral e da roça. Para

⁶ Um velho camponês entrevistado em Catalão (GO) confirmou essas observações, ao dizer que “*Onde tinha rádio chega a tarde depois do serviço o povo reunia para escutar os programas do rádio. A casa do vizinho ficava cheia de gente. Os vizinhos iam todos iam pra lá. Sentavam na sala envolta do rádio e ficava lá escutando*”. (Informação Verbal, Catalão/GO, Set./2015).

Silva (1998, p. 21), “Assim era o cotidiano da vida da mulher, levantava cedo para trabalhar. Cozinhava, lavava, passava, matava porco, muitas vezes era preciso torrar café e socá-lo no pilão antes de coar para a família e os companheiros de trabalho, fazia farinha de mandioca, polvilho”.

Silva (2003) também se dedicou a compreensão do cotidiano e trabalho das mulheres camponesas, revelando, assim, relações de gêneros a partir da divisão social do trabalho na Comunidade do Chapadão entre os anos de 1950 e 1970.

A mulher também tinha uma vida corrida, e o seu trabalho não ficava restrito a casa e aos cuidados com os filhos. Estas trabalhavam na roça para ajudar o marido. [...] A mulher desta comunidade não vivia somente no espaço da casa, em volta do fogão. Esta desempenhava uma dupla função: cuidar do lar e ajudar o marido na lavoura. O trabalho da mulher era manual e estas ajudavam-se umas as outras no desenvolvimento do trabalho. No decorrer do dia, a mulher ajudava no trabalho agrícola, plantando, cuidando do gado e ajudando na colheita. “De tardinha”, essas realizavam trabalhas “extras”, tais como: cascar mandiocas, “fazer farinha de mandioca”, além do seu serviço doméstico. A mulher controlava o seu tempo dividindo suas tarefas. (SILVA, 2003, p. 16).

Percebe-se que o tempo e o espaço da Comunidade Chapadão nas décadas que antecedem a territorialização dos megaempreendimentos de extrativismo mineral eram marcados por significações existenciais que possuíam elos diretos com o trabalho. Os homens e mulheres que formavam o campesinato local permeavam os meandros íntimos da repetição, do ordinário e do banal, característicos da vida social cotidiana nas Comunidades Camponesas.

No entanto, essa compreensão, e com o apoio da categoria território calcada na leitura geográfica para analisar as Comunidades, não exime os conflitos e contradições, não exclui as relações de subordinação e exploração imiscuídas nas relações entre meeiros, agregados e *fazendeiros tradicionais*. À vista disso, sobre os agregados e meeiros, Silva (2003, p. 14) explicou que

Apesar de viverem na Comunidade, não detinham a posse da terra, ou seja, os fazendeiros que eram os donos da terra e os agregados tinham permissão do proprietário para morar e cultivar a terra, sem qualquer pagamento e tudo que conseguiam produzir na terra era dividido a meia com os fazendeiros. Porém, para o meeiro aquele “mundo não era tão maravilhoso assim, pois existia uma forma de exploração do trabalho, na divisão dos produtos que eram colhidos”.

Ainda sobre a *meiagem*, Silva (2003, p. 14) complementa que “o fazendeiro entrava somente com a terra e o meeiro com a mão de obra. Através do seu trabalho, o que se obtinha com a exploração da terra era dividido em partes iguais”. Um antigo agregado e meeiro expôs a seguinte narração: “*eu trabalhava a meia. Era tudo a meia com o dono da terra, o feijão, o milho. Mas, quando colhia a roça eu vendia o milho que tocava para mim tudo pra ele mesmo, e ele pagava baratinho. No final eu não levava nenhuma espiga pra mim. Agora você vê o tanto que eu andava para trás. A metade da roça já era do fazendeiro, e a metade que era minha eu vendia do jeito que ele queria. Eu trabalhava sem parar, era direto. O trabalho duro era por minha conta, capinava tudo e colhia tudo a meia, ele só ficava com o lucro depois. Só que o terreno não era nosso, tinha que submeter a essas condições*”. (Informação Verbal, Catalão/GO, Jan./2015).

Desse modo, a relação entre o meeiro, o agregado e o fazendeiro, de acordo com Silva (2003), deixa transparecer as condições de exploração do trabalho.

A história destes ex-moradores da fazenda Chapadão é uma história dos excluídos, pois os agregados quando trabalhavam na fazenda do Chapadão eram explorados pelos fazendeiros, tinham de trabalhar constantemente nas terras e dela tirar a metade para sua sobrevivência e outra metade para os fazendeiros donos das terras. Isso pode ser observado na fala de um ex-meeiro: “*num sobrava muita coisa não, o caboco que fazia as coisas era o dono do terreno porque ele dava a roça a meia, o povão quase morria de trabaíá tocando roça a meia com ele. Ele é que levava lucro, nós levava na costela*”. Diante disso, percebe-se que o entrevistado, ao relatar que os meeiros “levava na costela”, refere-se a desigualdade de condições entre os fazendeiros e os meeiros no processo de *meiagem*, pois o único recurso material empregado pelo fazendeiro era a terra da qual tinha posse; já o meeiro e sua família tinham como recurso a sua mão de obra com qual manuseava toda a terra, desde o plantio até a colheita. O que era colhido dividia-se em partes iguais entre os agregados de uma fazenda e o fazendeiro. (SILVA, 2003, p. 18).

No caso dos meeiros e agregados, a referência ao quintal da casa/rancho onde viviam na propriedade do fazendeiro exemplifica um *espaço de escape* aos mandos dos donos das terras. Diferente do espaço da roça, o quintal permitia ao agregado exercer certa autonomia do plantio e da colheita de alimentos, e por isso, da abundância e diversificação de cultivos (mandioca, quiabo, jiló, laranjeiras, abóboras, chuchu, e horta com couve, alface etc.). Além

disso, no quintal também era costume criar galinhas e algum porco para o próprio consumo⁷. Um dos aspectos centrais do quintal era o fato de que os produtos cultivados e colhidos não eram explorados pelos fazendeiros. O fazendeiro também possuía o seu quintal e o controlava, inclusive exigindo que o agregado ou meeiro dedicasse determinado dia de trabalho para limpá-lo, plantar mudas de mandioca, abóboras etc. Por esse trabalho (no quintal do fazendeiro) o meeiro ou agregado recebia em produtos, geralmente banha de porco, pele torrada, arroz, feijão, enfim, algum produto da própria fazenda. Raras eram as vezes que essa relação de trabalho fosse mediada pelo pagamento em dinheiro.

Pode-se afirmar que o quintal dos agregados e meeiros era o espaço da diversidade, da fartura e da “liberdade”. Era um escape da subordinação ao poder e mando do fazendeiro quanto o trabalho na terra e produção de alimentos para o próprio consumo. Silva (2003, p. 19), analisa os significados da fartura de alimentos e a importância do quintal.

Naquele tempo a fartura era muito importante, pois estes moradores não viviam condicionados à escassez de alimentos, onde deviam poupar. Para eles, fartura significava boa colheita de alimentos, e estes eram conseguidos através do trabalho realizado no quintal de suas residências. Apesar de os fazendeiros também terem os seus quintais, o seu controle era mais abrangente, pois a fartura da alimentação estava ligada ao controle de toda a terra e da semente, e não como o meeiro que exercia controle apenas em seu quintal e sobre alguns produtos que, naquela época, não exigiam comercialização.

Mesmo sem eximir a existência do trabalho árduo e a exploração sofrida em algumas situações de dependência dos fazendeiros tradicionais, o discurso dos sujeitos entrevistados pautado na “memória da terra” expõe um tempo de fartura, de abundância de alimentos, solos férteis e festejos. Eles descreveram as características da vida e do trabalho na Comunidade Chapadão pontuando as sociabilidades locais e a relação dadivosa com a terra, as roças fartas e criação de animais. “Havia um convívio, ou seja, rede de relações a que estavam acostumados, pois aquelas pessoas já haviam construído, durante anos de suas vidas, relacionamentos que eram adequados ao modo de vida que ali construíram e isso foi

⁷ A expropriação dos meeiros e agregados para as cidades estabeleceram transformações nestas relações com os produtos necessários para a reprodução da existência, que passaram a ser mediados pela compra e venda, ou seja, o dinheiro. Silva (2003, p. 19) destaca que “Hoje, para os ex-meeiros que vivem na cidade, o condicionamento que esta lhes proporciona não se compara mais com a fartura daquela época. Tudo na cidade se adquire através do dinheiro, e este se obtém somente no final de um determinado período de serviço, que pode ser diário, semanal, quinzenal ou mensal. Naquela época as frutas se obtinham no próprio quintal de suas casas ou naturalmente, no Cerrado. Hoje para adquiri-las é preciso comprá-las”.

bruscamente alterado”. (SILVA, 2003, p.11). A alteração da Comunidade Chapadão pelos megaempreendimentos de mineração traduz as implicações socioespaciais com a “chegada do estranho”.

A chegada do estranho: implicações socioespaciais da mineração

Além das alterações no quadro da vida e do trabalho, a paisagem da Comunidade Chapadão foi completamente erodida pela mina a céu aberto, de fosfato e nióbio, chamada Mina Chapadão. (Foto 1).

Foto 5 – Vista aérea da Mina Chapadão, de fosfato e nióbio, onde se localizava a Comunidade Chapadão, entre os municípios de Catalão e Ouvidor (GO).



Fonte: Anglo American (2015).

A fotografia da Mina Chapadão (Foto 1) foi mostrada para alguns dos sujeitos que colaboraram com a pesquisa. Um deles, observando as crateras nas paisagens, provocadas pelas atividades de mineração a céu aberto, fez observações explicativas. *“Isso tudo ali no Chapadão era morro, era o morrão do Zeca Pedro, o morro do Antonio Mila. Essas famílias viviam ali, onde hoje você observa esse buraco que gera uma riqueza que nós nunca pensávamos. Mas essa riqueza não é nossa, não é das pessoas que eram donas dessas terras.*

É apenas para o lucro das empresas que fizeram isso com as paisagens. Morros que viraram buracos". (Informação Verbal, Catalão/GO, Jul.2015). As fontes orais que expuseram as transformações nas paisagens locais também foram acompanhadas pelos relatos das trajetórias socioespaciais dos trabalhadores, homens e mulheres expropriados da Comunidade Chapadão. Logo, revelaram histórias de vidas densas e grafadas pelas metamorfoses na produção social da existência, pelas quais foram arrebatados.

Desse modo, a mineração modificou o curso da história das pessoas que viviam na Comunidade Chapadão, conforme constatado nas afirmações de um dos informantes. *“Então, tudo até aquele momento transcorria na normalidade, era aquele local onde se dizia, aqui nasci, aqui cresci, aqui quero morrer. Só que o curso dessa história foi mudando no começo ainda da presença da Metais de Goiás, fazendo o processo de pesquisa. Depois vieram as outras empresas, a Copebrás, a Goiásfértil, e tantas outras até que veio culminar com essas que estão aí explorando as nossas reservas. E hoje nada daquilo que existia antes pode ser encontrado, o local só virou escavações que não servem pra nada a não ser para o lucro deles*”. (Informação Verbal, Catalão/GO, Jul.2015).

A territorialização dos grandes projetos de mineração – a *chegada do estranho* (MARTINS, 1993) – e as sucessivas transformações territoriais durante pouco mais de quatro décadas em Catalão/Ouvidor, desvelam conflitos, medo, insegurança, estratégias de expropriação e fragmentação do campesinato, exploração da força física de trabalho e aceleração dos ritmos de espoliação das reservas minerais, das águas e da terra. Essas observações ficaram expostas nas vozes dos sujeitos que moraram na Comunidade Chapadão antes da década de 1970. *“Quando chegavam as sondas que eram instaladas ali, lavouras eram muitas vezes destruídas por esses apetrechos. Então a gente viu tudo naquela época. Por volta de 1970 já começaram o processo de desapropriação, digamos assim. Um tinha um alqueire de terra, dois alqueires, outro tinha três alqueires, e por aí afora. Todos eles foram obrigados a vender suas propriedades onde produziam tudo, onde tinham água em abundância, onde tinham fartura*”. (Informação Verbal, Catalão/GO, Ago.2015).

Dessa forma, movido por um processo contínuo de expropriação, a Comunidade Chapadão foi sendo esvaziada. Mais uma vez, as fontes orais desvelaram uma realidade enfiada de conflitos, e que para muitos, permaneceu e permanece encoberta por muitos anos. *“O sentimento dessas pessoas que foram atingidas nas suas propriedades a gente nem sabe explicar pra você direito. Foi dolorido para muitos. O que podemos perceber é que*

aquelas pessoas que iam sobrando foram sendo espremidas a tal ponto que não tiveram alternativas a não ser entregarem o bem que possuíam. Aquilo tudo que tinham ali já passavam a não ter mais, já não possuíam água, a terra foi erodida, a terra, a água e o ar não tinham aquela qualidade de antes, e essas pessoas foram forçosamente obrigadas a entregar suas propriedades pelo preço que ofereciam. Hoje nas Comunidades vizinhas da mineração ainda há alguns resistentes, mas, não sei por quanto tempo”. (Informação Verbal, Catalão/GO, Jul.2015).

A pesquisa de Silva (2003) contribui com essas interpretações, pois procurou apreender as transformações ocorridas na Comunidade Chapadão entre os anos de 1960 e 1980, a partir da territorialização das empresas mineradoras e a consequente expropriação e fluxo dos moradores locais (meeiros, agregados, fazendeiros etc.) para as cidades vizinhas ou outras comunidades de Catalão e de demais municípios (Ouidor, Três Ranchos, Goiandira etc.). Silva (2003) demonstrou as diferentes trajetórias das famílias de agregados e dos proprietários de terras. As trajetórias socioespaciais das pessoas desterradas dos seus territórios são distintas, desde a periferia urbana, o alcoolismo, o desemprego, o trabalho nas indústrias extrativas de mineração às aquisições de novas terras (no caso dos ex-proprietários) em outras regiões ou a mudança e investimentos em lotes e casas no espaço urbano.

O rompimento com a terra e, por conseguinte, com sociabilidades cotidianas resultantes da vivência e do trabalho na terra, na maneira de se relacionar com os vizinhos, as festas, as ajudas mútuas, os parentescos, representaram transformações na *ontologia do trabalho* praticado pelos sujeitos expropriados e nas suas trajetórias socioespaciais. Para os sujeitos que foram desterrados da Comunidade, o trabalho caracterizado pela liberdade, autonomia e produção familiar para o auto-consumo enquanto componentes do campesinato local, transformou-se em trabalho assalariado, precarizado, sob o jugo das empresas, do tempo delimitado, dos acidentes laborais e riscos para a saúde, da alienação e dos mercadores da força física humana, as classes capitalistas. Assim, especialmente para meeiros e agregados, a expropriação foi direta e violenta, não permitindo outro horizonte senão a periferia urbana e a venda da força de trabalho.

Com a territorialização e implementação dos processos extrativistas minerais na Comunidade Chapadão, os proprietários de terras tiveram que vendê-las e, por sua vez, os meeiros e agregados foram obrigados a mudarem para as cidades mais próximas, especialmente Ouidor e Catalão. Diante disso, os agregados e meeiros não receberam

nenhuma contribuição material que recompensasse os anos de trabalho na terra. Saíram da terra com o único bem que lhes sobraram, a força de trabalho. Logo, na cidade foram obrigados a vendê-la como “mercadoria humana” para garantir a reprodução da existência individual e da família. De acordo com Silva (2003) as próprias empresas, quando se instalaram na Comunidade, não preocuparam com os agregados e meeiros além de potencial reserva de força de trabalho disciplinada e disponível para exploração.

No entanto, houve casos em que isso não significou a interrupção absoluta da relação com a terra, ou seja, a transformação imediata e pura da condição de camponeses para proletariados. Há exemplos de sujeitos que apresentam trajetórias dinâmicas e que se imbricam com *saberes-fazeres* da vida e do trabalho na cidade e no campo. Logo, houve *fazendeiros tradicionais* que, com a venda da terra, compraram nova propriedade rural em demais áreas do município de Catalão, enquanto outros mudaram para a cidade e seus filhos passaram a trabalhar nas empresas instaladas no Chapadão.

Ainda há outros exemplos, mais especificamente dos camponeses, que mesmo investindo em terra nas Comunidades vizinhas como Mata Preta e Coqueiros, tornaram-se operários da indústria mineral. Nos períodos vagos (geralmente trabalhavam/trabalham na rotação de turnos), feriados, finais de semana iam/vão para a propriedade rural, onde ainda plantam, mantém o quintal cultivado, criam animais domésticos. Os que preferiram viver na cidade, mantêm a propriedade da terra, geralmente sob os cuidados de um caseiro, para descanso com a família nos finais de semana.

No conjunto das transformações que iam se realizado, no espaço e no tempo da Comunidade Chapadão, a situação dos meeiros e agregados foi mais agravante. Foram expulsos do território e se mudaram para a cidade. Esses sujeitos foram “arrancados” da Comunidade e sua força de trabalho lançado à venda no mercado. Foram trabalhadores agrícolas ou camponeses mobilizados e incorporados ao processo de acumulação do capital, prática da contínua acumulação primitiva. (MARX, 2013). Homens e mulheres tiveram que se adaptar a um novo modo de regulação da vida, do trabalho e do tempo, disciplinado pelo capital mínero-industrial. A autonomia sobre o tempo de trabalho deixou de existir. Como afirma Mézáros (2007, p. 16),

[...] o livre controle humano do tempo disponível é minimizado sob a contabilidade do tempo do sistema do capital, que procura reduzir a vida a

um conjunto de infindáveis decisões instantâneas voltadas à ampliação da produtividade e dos lucros em benefício da rede de interesses estabelecidos.

Silva (2003) diz que com a territorialização das mineradoras na Comunidade Chapadão, o tempo de trabalho passou a ser medido por meio do horário de trabalho (horário de entrada, de almoço, ida ao banheiro, de saída, de rotação de turnos, de férias etc.). “o tempo transformou-se em dinheiro para os ex-meeiros e agregados. Qualquer atraso no horário de trabalho contribuía para o trabalhador perder prêmios oferecidos pela empresa”. (SILVA, 2003, p. 23).

Silva (2003, p. 23) ainda acrescenta que:

[...] a chegada das mineradoras exerceu grandes impactos em suas vidas. Enquanto meeiros, esses trabalhadores tinham consciência de que eram explorados pelos fazendeiros, e que essa exploração continuou existindo mesmo após o seu ingresso em um novo ambiente de trabalho que são as mineradoras. O processo de trabalho sofreu alterações, pois passaram de um trabalho totalmente agrícola para um trabalho industrial. O controle sobre a vida do trabalhador continuou existindo, porém agora não eram os fazendeiros que determinavam as atividades a serem realizadas, mas as mineradoras; esse processo continua existindo até os dias atuais. Isso nos leva a perceber que, com a vinda dos ex-meeiros para a cidade, alguns tiveram de acostumar ao novo convívio, pois na cidade o modo de vida é totalmente diferente daquele que existia na Comunidade Chapadão, no período de 1960 a 1980.

No decorrer de pouco mais de quatro décadas, desde a chegada dos primeiros pesquisadores das jazidas minerais na Comunidade Chapadão, no final da década de 1960 e instalação das mineradoras nos anos 1970, conflitos e contradições ficaram velados ou não ganharam as páginas da história escrita sobre a mineração em Catalão e Ouvidor. Essa observação se refere principalmente aos sujeitos expropriados, persuadidos pelas empresas e exortados da terra, alvos de discursos depreciativos com representações de rudeza, pobreza de espírito, analfabetos e atrasados. Foram *fazendeiros tradicionais*, camponeses, meeiros e agregados, homens e mulheres, que deixaram suas terras, casas e quintais, assim como os espaços coletivos, de toda a Comunidade, a exemplo dos campos de futebol, escolas e igrejas, diante da territorialização de um novo modelo de regulação do território e exploração da terra, da água e do subsolo. A indústria extrativa mineradora “impôs à sociedade sua lógica expansiva implacável e fundamentalmente irracional”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 57).

Uma viagem com mais naufragos do que navegantes

Em *Veias abertas da América Latina*, Eduardo Galeano (1987) afirmou que “o desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes”, ao traduzir a pilhagem dos territórios e dos povos das Américas pelos colonizadores europeus. No entanto, a mesma assertiva explicita a situação de distintas realidades de territórios e trabalhadores que continuam sendo erodidos no sul global, ainda dependentes da extração e exportação de produtos primários.

Os grandes empreendimentos de mineração exigem um discurso, uma ideologia, que os acompanhem e que harmonizem as potências conflitivas locais, que faça a sociedade local aceitá-los como promotores do progresso. De acordo com Santos (1995, p. 16) “esses objetos novos, que transportam o sistema das técnicas atuais, exigem discurso”.

Desse modo, Silva (2003) demonstra que com a comprovação da existência dos minérios, os discursos dos governantes municipais e estaduais fundamentavam a ideia de que a exploração das jazidas minerais mudaria os destinos dos proprietários das terras e dos trabalhadores locais, sem terras, assim como o mudaria o destino da cidade de Catalão. Por conseguinte, os minérios seriam os promotores do desenvolvimento.

No entanto, políticos locais também se apropriaram do momento histórico das transformações espaciais promovidas pela territorialização das mineradoras, ou seja, as obras de infra-estrutura técnica e modernização da materialidade do território, com apoio dos governos estadual e federal. Ferreira Neto (1998, p. 96) afirma que “as atividades relacionadas à mineração, iniciadas em 1968 pela Metaço, e os benefícios trazidos por ela foram associados a estes políticos, que carregaram para seus currículos particulares a obtenção das obras exigidas para a instalação da mineração”. Numa entrevista concedida ao jornal *Diário da Manhã* (1983)⁸, o prefeito de Catalão (GO) no contexto da instalação das mineradoras, Sílvio Pascoal (Arena, 1973-1976) disse o seguinte: “*saímos do Catalão da*

⁸ Entrevista citada e discutida por Ferreira Neto (1998, p. 96-97). Conforme a pesquisadora (FERREIRA NETO, 1998, p. 97), “nesta fase de instalação das mineradoras, era prefeito de Catalão, o médico Sílvio Pascoal (Arena, 1973-1976) que, em todas as oportunidades, gostava de deixar bem claro que não fora somente a mineração que havia promovido o desenvolvimento na cidade, mas muito deste se devia à sua administração: “os minérios desenvolveram Catalão, mas a cidade não estava preparada para isso. E foi na minha administração que eu tive que me desdobrar para receber aquele pessoal novo que chegou. Sofremos muito para adaptar a cidade na situação de desenvolvimento que eram as minerações. E nós conseguimos fazer Catalão caminhar junto com esse desenvolvimento, tanto que hoje é aquela cidade nova, pois antes lá não existia nada. Tudo foi construído há pouco. Então você vê que a administração que chegou depois trabalhou realmente por Catalão””.

poeira para o Catalão do asfalto, do Catalão da terra para o Catalão das flores”. Pode-se perceber que criaram um discurso de progresso e boa administração que passou a tomar conta do imaginário coletivo local e regional⁹.

A realidade experimentada nas Comunidades Camponesas e no espaço urbano de Catalão possui distinções. No primeiro momento, com a presença da METAGO na cidade de Catalão (GO), houve animosidade e confrontos ideológicos e políticos entre governantes locais e o pessoal das mineradoras (especialmente os geólogos e engenheiros da METAGO) quanto aos personagens do desenvolvimento da cidade¹⁰. No início da década de 1980, por sua vez, a inauguração da Goiásfértil foi concomitante com a ascensão do PMDB no Estado de Goiás (Íris Resende) e na cidade (Haley Margon). A partir de então, entre 1982 e 1992, “a empresa se aproximou estreitamente das autoridades administrativas de Catalão, combinando competência e política local, modernização e tradição, concursos e apadrinhamentos”. (FERREIRA NETO, 1998, p. 104). As empresas mineradoras tornam peça simbólica dos pactos de poder, interesses e estrategismos dos políticos do município e do estado de Goiás¹¹.

Por outro lado, nas Comunidades Camponesas, homens e mulheres que não participavam diretamente da vida política travada na cidade de Catalão (GO) foram arrebatados do cotidiano da existência e do trabalho comunitário que se sucedia no decurso dos anos com certa ordem e coletividade social. Pontua-se que a territorialização dos grandes projetos de extrativismo mineral atendia as necessidades econômicas e políticas vivenciadas no país. Como já foi demonstrado, compunha os projetos desenvolvimentistas dos governos da Ditadura Militar (1964-1985). Por consequência, isso possuiu desdobramentos no caráter impetuoso que inaugurou o contato das empresas mineradoras com as Comunidades.

⁹ O assunto foi pesquisado Ferreira Neto (1998). Segundo a pesquisadora (FERREIRA NETO, 1998, p. 95) “muitos habitantes de Catalão ainda consideram que o desenvolvimento econômico da cidade na década de setenta foi resultado do bom governo executado pelos políticos locais filiados à Arena, que souberam “moralizar a coisa pública” e afastar os vícios do governo anterior, particularmente da família Netto”. Logo, Ferreira Neto (1998) afirma que o contexto de Catalão (GO) após o golpe de 1964 é marcado pelo tradicional embate político local entre os Nettos e Sampaio.

¹⁰ Ferreira Neto (1998, p. 98-99) explica que “desde o início das atividades, criou-se uma tensão entre os técnicos da Metago e os políticos locais, os primeiros preocupados com a eficiência da empresa, os outros, com o investimento político que ela significava. [...] Num primeiro momento, enquanto a Metago esteve em Catalão, isto é, de 1968 a 1982, os políticos locais não conseguiram o espaço que reivindicavam, situação que deu origem a confrontos constantes com os geólogos e engenheiros da estatal goiana, que resistiram às pressões, respaldados pela Presidência da empresa, instalada em Goiânia. Os profissionais da mineração que iniciaram as pesquisas na cidade, no final da década de sessenta já não eram bem vistos por segmentos da população local, mas a situação piorou em 1975. Nesse momento, foi inaugurada a planta Semi-Industrial e, por isso, contratou-se um número de pessoas, mas não contemplou os apadrinhamentos dos políticos de Catalão, determinação que deu origem a reclamações junto à diretoria da empresa”.

¹¹ A temática foi pesquisada com profundidade por Ferreira Neto (1998).

Com efeito, segundo entrevistados das Comunidades Chapadão e Coqueiros, “o pessoal das empresas mineradoras falava que com a descoberta dos minérios, se os fazendeiros não vendessem as terras o governo iria tomá-las, e para isso, poderiam mobilizar a polícia e levar pessoas presas, se preciso” (Informação Verbal, Catalão/GO, Set.2015). Diziam que os minérios eram do governo, e então, resistir em vender a terra era um negócio em vão e perigoso, narraram os informantes em Catalão. “Então as pessoas passavam a conversar com os vizinhos, ficar com medo, dizer que não tinha jeito de resistir. Foi um terror pra muitas pessoas”. (Informação Verbal, Catalão/GO, Set.2015).

Na medida em que esses dizeres começaram a circular e ganhar uma dimensão coletiva entre os moradores donos de terra, alguns começaram a vender suas propriedades para terceiros, “com medo de perdê-las para o governo”, disse um dos sujeitos pesquisados. Tal fato gerou insegurança e prejuízos. Outro entrevistado na pesquisa de campo em Catalão (GO) confirmou essa constatação. “Eu tinha uma fazenda no Chapadão que produzia de tudo, para mim era a melhor terra daquela região. Eu construí uma sede bem-feita num lugar alto com vista bonita, a casa era grande, o curral, o paiol e os chiqueiros todos com madeiramento de aroeira. Pensava que nunca iria mudar de lá, naquele lugar criaria meus filhos. Quando chegou a notícia dos minérios, que a empresa ia chegar e instalar e se nós não vendêssemos o governo ia tomar, aí eu assustei e vendi. Só que o negócio foi ruim, eu estava apavorado para vender, e no fim eu perdi foi tudo. Igual aquele lugar nunca mais”. (Informação Verbal, Catalão/GO, Set.2015).

Contratar trabalhadores locais por relações de assalariamento serviu de estratégia tanto para suprir o trabalho pesado exigido na fase de pesquisa e instalação das estruturas técnico-produtivas quanto para amenizar os conflitos com os moradores das Comunidades Camponesas. Assim, pessoas da própria Comunidade Chapadão e de Comunidades vizinhas, como Macaúba e Córrego Fundo foram contratadas para apoiarem nos trabalhos iniciais de instalação das atividades minerárias. “Muitos de nós aqui da Comunidade Macaúba e lá do Chapadão trabalhamos na fase inicial de pesquisa e instalação da Usina da Metago, da Mineração Catalão. O trabalho duro, de pegar nas ferramentas, furar buracos, as galerias, carregar peso, isso tudo era por nossa conta. A gente não tinha qualificação. Era gente que não sabia ler, era gente analfabeta, todos iam aumentando o número de trabalhadores das comunidades contratados pelas empresas de mineração”. (Informação Verbal, Catalão/GO, Set.2015).

Um dos sujeitos que vive na cidade de Catalão (GO) e que morava na Comunidade Chapadão até os anos 1970, disse que “*na medida em que os processos de pesquisa avançavam e diziam que a comprovação da existência dos minérios de fosfato, nióbio e titânio eram economicamente lavráveis no Chapadão, dava início a uma nova etapa das atividades. Deram início a negociação e desapropriação de terras*”. (Informação Verbal, Catalão/GO, Set.2015). Silva (2003), em suas investigações entrevistou antigos donos de terras, meeiros e agregados que também viviam na Comunidade Chapadão e presenciaram as transformações locais resultantes da territorialização das mineradoras nas décadas de 1970 a 1980.

Assim, a leitura de pesquisas no âmbito da história oral (SILVA, 1998; SILVA, 2003, MESQUITA, 1995), a interpretação das entrevistas e das trajetórias socioespaciais dos diferentes sujeitos que viveram na Comunidade Chapadão, que trabalharam ou ainda trabalham nas empresas mineradoras, permitiram identificar a força do discurso em defesa das empresas e do que elas representaram/representam para muitas famílias em termos de emprego, trabalho assalariado, carteira de trabalho assinada, plano de saúde, férias, acesso ao consumo etc. No entanto, com o decorrer das décadas, alguns perceberam também que, na realidade, as empresas mineradoras também representam a força destrutiva do grande capital, sua irracionalidade sistêmica e incontrolável. Embrenhado na racionalidade dos símbolos de modernidade, as mineradoras também foram portadoras de destruição, arruinaram a relação dos camponeses com seus territórios. Impôs novos ritmos de exploração dos recursos territoriais e dos trabalhadores. Logo, no interior da compreensão da produção dos territórios pela relação capital x trabalho, o capital não titubeia em saltar-se na frente do trabalho, subordinando-o e extraindo toda sua força física e capacidade organizativa em nome dos lucros privados, enquanto coletiviza os desastres ambientais e o adoecimento da classe trabalhadora.

Mesquita (1995) pesquisou sujeitos que trabalharam na indústria extrativa mineral em Catalão (GO) nas décadas de 1970 e 1980. O pesquisador demonstra - calcado na própria experiência de trabalhador na mineração, no uso das fontes orais (entrevistas) e da análise das trajetórias de vidas dos trabalhadores - as experiências e transformações cotidianas e no trabalho de homens e mulheres que viviam no campo (principalmente na condição de meeiros e agregados) e se tornaram trabalhadores assalariados das empresas mineradoras naquele período. Evidencia as trajetórias dos trabalhadores do campo para a cidade de Catalão (GO),

apreendendo as mudanças no cotidiano de trabalho, com desdobramentos na própria ontologia dos trabalhadores. Isso significa transformações nos seus hábitos cotidianos, a relação com a família, a sujeição às hierarquias e aos regimes de horários do trabalho minero-industrial.

Assim, Mesquita (1995) demonstra que no ‘regime de turno’, por exemplo, os trabalhadores trabalhavam dois dias em cada horário: dois dias das 8:00 às 16:00; dois dias das 16:00 às 00:00; dois dias das 00:00 às 8:00 e três dias de folga¹². Esse regime de trabalho, que também incluía horas extras, horário fixo de 8 horas diárias, regulamentos internos, hierarquias, exigia dos trabalhadores recém-saídos do campo, a submissão a novos hábitos cotidianos equivalentes aos horários de lazer, reuniões familiares, cuidados com os filhos e no próprio estado de saúde. Diante disto, Mesquita (1995, p. 24) destaca que “o trabalhador começa a ver que o sonho de entrar na empresa foi realizado, porém sua visão agora passa a ser diferente. Ele começa a ver dificuldades e o trabalho passa a ser por necessidade e não por prazer”. A partir das suas próprias experiências enquanto trabalhador na indústria mineral e contato com os demais trabalhadores que experimentaram o labor diário na mineração, o pesquisador diz ainda que “o domínio da empresa fazia com que essas pessoas trabalhassem com medo. Os problemas se resumiam na questão de sobrevivência e muitos não resistiram às pressões e acabavam preferindo arriscar a ficar desempregado à se sujeitar”. (MESQUITA, (1995, p. 24).

Mesquita (1995, p. 11) afirma que “buscou ver como os trabalhadores que moravam no campo, e que passaram a trabalhar nas indústrias foram se fazendo sujeitos das alterações e das mudanças no seu ritmo de vida. O que mudou, como eles viram a jornada de trabalho, a relação com a família”. No entanto, apesar de Mesquita (1995) dedicar-se ao entendimento da relação entre os meeiros e agregados expropriados do campo e que se tornaram operários na indústria mineral, não apresentou críticas aos efeitos predatórios da mineração e do trabalho na indústria extrativa mineral para a saúde do trabalhador e as próprias estratégias de subordinação, alienação, precariedade e precarização do trabalho. Neste sentido, o autor

¹² Oliveira (1996) explicita que “aqueles que trabalham no regime de turno são obrigados a adaptar-se ao horário da empresa, trocando seus hábitos e costumes em função da jornada de trabalho. Ou seja, muitas vezes enquanto a cidade começa seus dias de folga, um grande número de trabalhadores em mineração começa seu ritmo de trabalho, havendo daí uma alternância entre os horários de turno das empresas em relação à rotina da cidade. Mesmo aqueles que trabalham em horário fixo, com jornada de trabalho em horário comum a diversas categorias de trabalhadores, estão sujeitos a terem suas jornadas alteradas pela empresa, que é quem determina se o trabalhador poderá ou não encerrar seu dia de trabalho, dependendo da situação só sairá depois do serviço pronto. É o ‘regime de urgência’, que os obriga a uma prontidão que se traduz muitas vezes na virada da jornada de trabalho: enquanto houver serviço, terá que executá-lo”.

(MESQUITA, 1995) optou pelo discurso da modernização e do progresso, eximindo, assim, a natureza desigual e combinada do capital. Além disso, o trabalho no campo e o campesinato foram percebidos a partir do arcaico, das rugosidades de uma sociedade que se industrializava, tornando-se moderna e próspera, e a indústria mineral compreendida como redentora, “mãe de todos”, ao gerar empregos para a *população chegada* no espaço urbano, também segregacionista.

Além disso, desde o momento em que as empresas mineradoras instalaram os primeiros projetos de exploração mineral em Catalão/Ouvidor na década de 1970, foi prática comum a relação contratual junto a trabalhadores camponeses e filhos de camponeses (além dos ex-meeiros e agregados, como foi demonstrado). Isso não significou que todos se mudaram para a cidade – também já se chamou a atenção para isso – muitos permaneceram na terra no período em que trabalharam nas empresas. Ou então, os filhos empregaram-se nas empresas e mudaram para a cidade enquanto os pais mantiveram a existência no campo. Os lugares foram reorganizados e novos conflitos e territorialidades se estabeleceram a partir dos anos 1970. Com efeito, a leitura geográfica apreende as contradições, chamando a atenção daqueles que pontuam apenas os feitos mordenizantes do capital. Como afirma Mendonça (2004, p. 156), “É como se não existissem classes sociais, produção, vida nesses lugares antes da chegada do grande capital”.

O fato é que isso contribuiu para a reprodução de um discurso, nas próprias Comunidades, de que as empresas são solidárias, amigas das famílias camponesas ao empregá-los ou empregar seus filhos. Esse discurso esteve presente nas entrevistas e contribuiu para revelar práticas estrategistas das empresas mineradoras nas Comunidades. Entre elas, o uso de empregados das empresas oriundos das Comunidades - e, portanto, muitos deles parentes das famílias locais que ainda vivem na terra – para mediar os interesses das mineradoras na negociação e compra de terras, ampliação de projetos (como a construção de estradas, redes e postes de energia, construção de mata-burros, ampliação das barragens de rejeitos etc.).

Disseminam ainda, junto as famílias e vizinhos, algum projeto ou evento promovido pelas empresas, afirmando que “*é para o bem de todos participar*”. Muitos desses trabalhadores, como são das próprias Comunidades Camponesas (Macaúba, Coqueiros e Mata Preta), também passam a participar de reuniões coletivas e associações e, nestes espaços

defendem os anseios privados das empresas, contribuindo para fragmentar os projetos de resistência e organização dos moradores atingidos pelas mineradoras em Catalão/Ouvidor.

A captura da subjetividade fica evidente na fala dos entrevistados. “*Já vi trabalhador batendo a mão no peito, no símbolo da empresa e dizer que aquilo ali é sua segunda pele. Aquele orgulho de trabalhar na empresa, de pertencer ao grupo. A vida tornou aquilo ali, a empresa, o trabalho. Ele sente um superior, um privilegiado na comunidade. As pessoas perdem a capacidade de raciocinar, de pensar em outros projetos, na libertação. É um processo violento de alienação*”. (Informação Verbal, Catalão/GO, Set.2015)

Observa-se que, de acordo com Composto e Navarro (2012), além da apropriação dos territórios, uma das estratégias de expropriação usadas pelo neoextrativismo é controlar e disciplinar os corpos e subjetividades daqueles que os habitam. Composto e Navarro (2012, p. 72) chamam essa estratégia de “disciplinamiento y normalización”. Para os pesquisadores,

[...] la estrategia de disciplinamiento y normalización que apunta no ya a moldear los espacios territoriales, sino los cuerpos y subjetividades de quienes los habitan. Es que el despojo de la gran minería no sólo tiene lugar sobre los bienes materiales, sino sobre los deseos y necesidades que construyen (a) los sujetos. (COMPOSTO; NAVARRO, 2012, p. 72).

Essa estratégia permite assegurar a obediência dos dominados, para que aceitem passivamente as novas imposições de produção e exploração dos territórios e do trabalho. Além disso, ao agir para configurar as formas de ver, sentir e expressar o mundo, as empresas mineradoras subordinam os desejos de pertencimento dos trabalhadores aos setores hegemônicos. Com os corpos e subjetividades lançados numa condição de controle e sujeição, muitos trabalhadores passam a acreditar numa posição de inferioridade, de limites de suas próprias capacidades de resistência e luta contra os dominadores, a quem lhes atribuem qualificações e poderes superiores e objetivos para determinar os seus próprios projetos. (COMPOSTO; NAVARRO, 2012).

Destarte, programas e projetos socioambientais ou a oferta de empregos pelas mineradoras à Comunidade local são percebidas como estratégias de controle e subordinação dos territórios e trabalhadores das Comunidades Camponesas. A apreensão destas questões foi possível por meio de pesquisa participante e entrevista, como pode ser observado na fala de uma liderança política local. “*Aqui nas Comunidades Coqueiros e Macaúba praticamente todas as famílias tem gente que trabalha nas empresas mineradoras, aí quando nós*

promovemos reuniões para discutir nossos interesses, nossos projetos, que são coletivos das Comunidades, muita gente fica com medo de participar, pois, diz que a empresa depois emburra com eles, não compra a terra ou não paga bem, não dá emprego para os filhos deles. Fala que é perigoso sendo que o filho trabalha nas empresas e pode prejudicá-lo, perseguir. Tem gente também que teve acidente lá na mineração, está doente, afastado e não vem participar das nossas reuniões. Gente daqui, das Comunidades. Outros a propriedade está aí com problemas de água, poluição do ar, barulho, nem tem jeito de morar direito, mas, como mora é na cidade e trabalha nas empresas ou tem parente que trabalha, não vem nas reuniões nossas”. (Informação Verbal, Catalão/GO, Jul.2015).

As fontes orais permitiram a compreensão dos mecanismos relacionais de exercício de micro e macro poder das empresas mineradoras sobre as famílias que vivem nas Comunidades e na sociedade de Catalão/Ouvidor. Portanto, não é difícil ouvir dos moradores locais a concepção de que as empresas são poderosas, possuem apoio político e econômico hegemônico, enquanto eles estão lançados numa condição de invisibilidade, minoria e sujeição às estratégias do capital. Isso faz crê que *não há alternativa*. Conseqüentemente, estão se vêem numa situação de fatal inalterabilidade das condições de degradação da natureza, do trabalho e dos seus ambientes de existência coletiva. Mészáros (2006, p. 38) demonstra que esse *slogan*, de que “não há outra alternativa” é frequentemente repetido “pelos que tomam as decisões por nós como justificativa de suas ações”. Além disso,

Essa opinião continua sendo enunciada sem qualquer preocupação pela desesperança que resultaria do fato de esta proposição ser verdadeira. É bem mais fácil resignar-se à irreversibilidade do dilema afirmada no determinismo cego deste slogan político de nosso tempo – sem sequer tentar uma avaliação, muito menos um questionamento, de suas seriíssimas implicações – do que imaginar a forma de enfrentá-lo. (MÉSZÁROS, 2006, p. 38).

O capital articula suas ações como um modo de controle e reprodução sociometabólica, de maneira “multifacetada e onibrançante, que afeta profundamente todo e cada aspecto da vida, desde o diretamente material/econômico até as relações culturais mais mediadas”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 168). Essa compreensão lança luz sobre a análise das empresas mineradoras no processo de controle dos meios de produção e das bases naturais da existência nas Comunidades (principalmente terra e água), e intervindo nos sonhos, nas

perspectivas de futuro para muitas famílias que vivem nas comunidades no entorno das minas a céu aberto.

O território e as paisagens da Comunidade Chapadão foram “assaltados” pelos grandes projetos de mineração e toda estrutura técnica e tecnológica de extração de minérios, que os transformaram nas minas a céu aberto. As jazidas minerais de fosfato e nióbio foram arrancadas do *estado de latência* que estavam expostas por milhões de anos. Muitos homens e mulheres que constituíam o campesinato local foram colocados a disposição do mercado de compra e venda de força de trabalho, do que Mészáros (2007) chama de “escravidão assalariada”. Desse modo, essas constatações permitem retomar os pressupostos apresentados por Luxemburgo (1985), ou seja, da existência de uma demanda de trabalhadores e recursos territoriais fora do sistema capitalista e que garantem a continuidade da acumulação primitiva por meio de imposições de práticas coercivas, usurpadoras e imperialistas. O saque dos estoques de riquezas nas sociedades que ainda não foram consumidas pelo modo de produção capitalista.

Considerações Finais

Os resultados da pesquisa apresentados e discutidos no artigo contribuem para demonstrar como os megaprojetos de extrativismo mineral transformou territórios para torná-los cada vez mais subordinados ao capital internacional e seus mecanismos de acumulação ampliada. A integração aos circuitos de negócios globais das *commodities*, forjando mecanismos que efetiva a concentração de riqueza e apropriação predatória da natureza e dos trabalhadores. Ao longo das décadas, acidentes de trabalho, contaminação do ambiente (ar, solo, água etc.), expropriação e violências foram e são práticas utilizadas pelos grandes empreendimentos capitalistas para garantir a geração de lucros no interior dos padrões hegemônicos de acumulação.

Para que a acumulação ampliada na mineração se realize plenamente, as estratégias utilizadas pelo capital, da maneira como esclarece Harvey (2013, p. 121), permitem dizer que,

Todas as características da acumulação primitiva que Marx mencionou permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia

nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas.

Foi demonstrado que é feito dos megaempreendimentos de extrativismo mineral, a apropriação e o comando sobre o espaço para poder exercer livremente o poder das empresas mineradoras. De acordo com Harvey (2011, p. 168) “o comando sobre o espaço é sempre uma forma fundamental de poder social. Pode ser exercido por um grupo ou uma classe social sobre outra ou exercido de modo imperialista, como o poder de um povo sobre outro”. Harvey (2011, p. 168) ainda mostra que esse poder é tanto *expansivo* (o poder de fazer e criar) quanto *coercitivo* (o poder de negar, evitar e, se necessário, destruir). Mas, “o efeito é a redistribuição da riqueza e o redirecionamento dos fluxos de capital para o benefício da potência hegemônica ou imperialista à custa de todos os outros”. (HARVEY, 2011, p. 168)

Presenciou-se o fortalecimento do projeto hegemônico do capital pautado no lucro, na dominação de classe, no controle social dos trabalhadores, na apropriação privada da água, da terra e do subsolo. Conforme Thomaz Júnior (2009, p. 186), o desenvolvimento desigual e combinado desse processo “é a chave para entendermos as diversas formas que o capital utiliza para praticizar a exploração, a subordinação, a expropriação, a sujeição, enquanto estratégia para garantir sua produção e reprodução”. Isso coloca em evidência a agudização dos conflitos e das desigualdades, que se expressam geograficamente no espaço.

A análise da territorialização dos grandes projetos de extrativismo mineral na Comunidade Chapadão, em Catalão/Ouvidor (GO) é expressiva da longa geografia histórica do capitalismo, subserviente aos interesses do capital e garantindo intermitentemente as condições de sua expansão produtiva, resultando no controle dos povos, dos territórios e dos seus recursos territoriais. A racionalidade economicista desses empreendimentos extrativos não coincide com as relações de trabalho e a organização da vida de trabalhadores e comunidades que defrontam cotidianamente com a opressão e espoliação dos espaços e lugares onde vivem e constroem suas experiências cotidianas, como ocorreu na Comunidade Chapadão e está em curso nas demais comunidades do entorno das mineradoras como Coqueiros, Mata Preta e Macaúba.

A Comunidade Chapadão faz parte apenas das memórias de velhos camponeses, agregados, meeiros, fazendeiros tradicionais, homens e mulheres, que habitavam os ambientes

sociais coletivos. No entanto, as Comunidades Camponesas de Macaúba, Mata Preta e Coqueiros, todas localizadas no município de Catalão (GO), ainda não foram completamente dilapidadas. Sendo assim, a análise do modelo de mineração baseado nos grandes projetos extrativistas permitiu perceber as contradições grafadas nos territórios. Os lugares da existência nas Comunidades Camponesas, no entorno das atividades mineradoras, desde pesquisa, extração, processamento e transporte dos minérios, não foram e ainda não são lugares vazios ou homogeneizados pelo capital.

Referências

ARÁOZ, H. M.; ROSSI, J. R. Extractivismo minero y fractura sociometabólica. **RevIISE**, Argentina, Vol 10 Año 10, pp. 273-286, octubre, 2017 - marzo 2018.

BORGES, J. C. P. **Fazenda-roça goiana: matriz espacial do sertanejo e do território goiano**. 213f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.

COMPOSTO, C.; NAVARRO, M, L. Estados, transnacionales extractivas y comunidades movilizadas: dominación y resistencias en torno de la minería a gran escala en América Latina. **Revista Theomai**, Buenos Aires/Argentina, n. 25, 2012, p. 58-78.

DELGADO, L. de. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, Dossiê, 6, p. 9-25, 2003.

FERREIRA NETO, M. C. **Política, razão e desrazão: dimensões políticas e históricas do Insucesso do Pólo Mínero-Industrial de Catalão/Ouvidor (1962-1992)**. Dissertação (mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MARTINS, J de. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARX, K. **O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MESQUITA, J. A. S. **Trabalhadores das minerações em Catalão**. 42 f. Monografia (graduação em História), Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Departamento de História, 1995.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOREIRA, R. Modelo industrial e meio ambiente no espaço brasileiro. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, Ano V, n.9, p. 7-28, 2003.

SILVA, J. B da. **Mineradoras: mudanças na Comunidade Chapadão – Catalão 1960-1980**. 38 f. Monografia (graduação em História), Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Departamento de História, 2003.

SILVA, J. M. P. da. **Poder, governo e território em Carajás**. 198f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

SILVA, M. D. **Rádio na zona rural Chapadão: década de 50**. 38 f. Monografia (graduação em História), Universidade Federal de Goiás, Departamento de História, 1998.

SILVA, K. C. da. **Do salto Luiz XV à boca bico de ferro: o trabalho feminino na empresa Fosfertil de Catalão (GO)**. 102f. Dissertação (mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2010.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos**. 2009. 500 f. Tese (livre-docência) – Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

Agradecimentos

O pesquisador agradece pela bolsa de Pós-Doutorado aprovada pela *Chamada Pública Nº 09/2018 Bolsas de Pós-Doutorado no país Acordo Capes/Fapeg*, que permitiu organizar o texto, a obtenção de novas informações e o fortalecimento dos argumentos teóricos apresentados no presente artigo.

Sobre o autor

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

Atualmente cursa Pós-Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - UFG. É professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - Campus Iporá. Professor no Mestrado Acadêmico Língua, Literatura e Interculturalidade - POSLLI, e do Mestrado Acadêmico em Geografia, ambos da UEG - Campus Cora Coralina. Editor Chefe da Revista *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais* (UEG). Coordena o Laboratório de Estudos Ambientais e do Território (LEAT/UEG). É pesquisador colaborador externo do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER/IESA/UFG). Pesquisador do Grupo de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS / UFJF). Foi da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB - Seção Goiânia (2014 - 2015). Atua especialmente no estudo e pesquisa dos seguintes temas: geografia e literatura, comunidades e assentamentos rurais, pesquisa qualitativa em geografia, território e trabalho, conflitos socioambientais, garimpo, mineração e efeitos socioespaciais de grandes projetos de desenvolvimento.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9537143258969339>

Artigo Recebido em Outubro de 2018.
Artigo aceito para publicação em Dezembro de 2018.